



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos - DER
Ofício nº 1341/2018/DER-SEL

Porto Velho/RO, 15 de junho de 2018.

A Sua Senhoria o Senhor

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL

Superintendente Estadual de Compras e Licitações – SUPEL

Avenida Farquar - Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed. Jamari 1º andar

CEP: 76820408 – Fone: (69) 3216-2220

PortoVelho - Rondônia

NESTA

Assunto: Solicita a revogação da Concorrência Pública n.º 044/2017, Processo Eletrônico n.º. 0009.005375/2017-32, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para execução dos serviços Pavimentação Asfáltica e Drenagem na Av. Dr. Lewerger, segmento: Estaca 00+00(Rua Pe. Antonio Peixoto) – Estaca 181+00(Av. Marechal Rondon) com extensão de 3,62 km, no Município de Guajará-Mirim.

Senhor Superintendente,

Com nossos cumprimentos, vimos através deste solicitar a revogação da Concorrência Pública n.º 044/2017, Processo Eletrônico n.º. 0009.005375/2017-32, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para execução dos serviços Pavimentação Asfáltica e Drenagem na Av. Dr. Lewerger, segmento: Estaca 00+00(Rua Pe. Antonio Peixoto) – Estaca 181+00(Av. Marechal Rondon) com extensão de 3,62 km, no Município de Guajará-Mirim, em razão da referida obra não ser mais objeto de execução no exercício de 2018.

Informamos ainda que, a solicitação acima foi protocolada junto ao Tribunal de Contas - TCE/RO através do Ofício n.º 32/2018/CAF/DER/RO (id n.º 2018030), onde a Egrégia Cortes de Contas acatou o pedido de revogação da referida licitação, proferindo a Decisão Monocrática n.º 121/2018-GCPCN (id n.º 2018095) no sentido de Extinguir o processo n.º 0086/2018 - GCPCN/TCE-RO sem resolução do mérito, com fulcro no art. 50, § 1º da LC n.º 154/1996.

Atenciosamente,

LUIZ CARLOS DE SOUZA PINTO
Diretor Geral Adjunto-DER/RO



Documento assinado eletronicamente por **luiz carlos de souza pinto**, **Secretário(a)**, em 15/06/2018, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2018316** e o código CRC **18238234**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0009.005375/2017-32

SEI nº 2018316



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

PROCESSO Nº: 0086/2018– TCE-RO@

UNIDADE: Departamento Estadual de Estradas e Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos - DER

ASSUNTO: Análise do Edital de Concorrência Pública nº 044/17/CPLO/SUPEL/RO (Processo Administrativo nº 0009005375/2017-32) – Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica e drenagem na Av. Dr. Leweger, segmento: Estaca 00+00 (Rua Pe. Antônio Peixoto) – Estaca 181+00 (Av. Marechal Rondon) com extensão de 3,62 km, no Município de Guajará Mirim, RO.

RESPONSÁVEIS: Isequiel Neiva de Carvalho – Ex-Diretor Geral DER-RO (CPF nº 315.682.702-91);
Celso Viana Coelho – Diretor Geral do DER-RO (CPF nº 191.421.882-53);
Márcio Rogério Gabriel – Superintendente Estadual de Compras e Licitações (CPF nº 302.479.422-00)
Norman Viríssimo da Silva – Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Obras (CPF nº 362.185.453-34)
Luiz Carlos de Souza Pinto – Diretor Geral Adjunto do DER-RO (CPF nº 206.893.576-72)

RELATOR: Conselheiro PAULO CURI NETO

DM 0121/2018-GCPCN

Versam os autos a respeito de análise do Edital de Concorrência Pública nº 044/2017/CPLO/SUPEL/RO, deflagrado pelo Departamento Estadual de Estradas e Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER/RO, por intermédio da Superintendencia Estadual de Licitação do Governo de Rondônia - SUPEL, objetivando a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica e drenagem na Av. Dr. Lewerger, segmento: estaca 00+00 (Rua Pe. Antônio Peixoto) – estaca 181+00 (Av.

Av. Presidente Dutra, 4229 – Pedrinhas, CEP: 78.903.900 – Porto Velho – RO, Tel.: (69) 3211-9000

E-Mail: tceero@tce.ro.gov.br

GCPCN-15-C



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

Marechal Deodoro) com extensão de 3,62 km, no município de Guajará Mirim, com valor estimado em R\$ 22.825.514,89.

O Corpo Instrutivo, em análise prévia de edital de licitação (ID nº 560988), constatou as seguintes irregularidades:

III – CONCLUSÃO:

3. Considerando a análise formal do edital de Concorrência Pública nº 044/2017/CPLO/SUPEL/RO e de seus anexos, concluímos que tais documentos apresentam as seguintes impropriedades:

1). De responsabilidade do Sr. Isekiel Neiva de Carvalho – Diretor Geral do DER/RO, solidário com o Sr. Norman Virissimo da Silva – Presidente da CPLO/SUPEL:

1.1). Inobservância ao art. 40, inciso I, da Lei nº 8.666/93, por não definir com precisão o objeto licitado, conforme relatado no item 1.2 “a”.

1.2). Descumprimento ao art. 7, §2º, inciso III da Lei nº 8.666/93, por realizar a licitação sem a previsão de recursos orçamentários, conforme relatado no item 1.2 “m”.

1.3). Inobservância ao art. 21, da Lei nº 8.666/93, por não apresentar nos autos documentos que comprovem a publicação do resumo do edital de acordo com a legislação vigente, conforme relatado no item 1.5.

1.4). Inobservância ao art. 40, §2º, inciso I c/c art. 7, §2º, inciso I da Lei nº 8.666/93, por apresentar nos autos o projeto básico incompleto, conforme relatado no item 2.1.

1.5). Inobservância ao art. 40, §2º, inciso II c/c art. 7, §2º, inciso II e art. 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93, por apresentar nos autos valores dos insumos alocados nos custos unitários com defasagem de um ano (preços de Jan/Fev 2017), conforme relatado no item 2.2.

1.6). Inobservância ao art. 40, §2º, inciso IV c/c art. 6, inciso IX, alínea “c” da Lei nº 8.666/93, por ser necessário se adequar o projeto básico e seus anexos, conforme relatado nos itens 2.1, 2.2 e 2.4.

Ao final, propôs o seguinte encaminhamento:

IV. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO:

4. Por todo o exposto, sugerimos como proposta de encaminhamento, a adoção das seguintes providências:

a). Considerando que a abertura da licitação está prevista para o dia **29/01/2018**, **considerando as adequações necessárias no projeto básico** e seus anexos sendo previsto no art. 7º, § 6º, da Lei Federal nº. 8.666/1993, que a infringência do disposto neste artigo **implica a nulidade dos atos ou contratos realizados** e a responsabilização de quem lhes tenha dado causa, considerando a defasagem de tempo dos preços (1 ano), considerando a falta de comprovação de recursos orçamentários, **sugere-se a suspensão imediata da licitação.**

b). Oficializar os Senhores: Isekiel Neiva de Carvalho – Diretor Geral do DER/RO, e Norman Virissimo da Silva – Presidente da CPLO/SUPEL, ou a quem vier substituí-los, a cerca das irregularidades apontadas.

c). Encaminhar os autos ao Ministério Público de Contas para conhecimento e manifestação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

Submetidos os autos ao crivo da relatoria, foi proferida a DM 012/2018-GCPCN (ID nº 561721), que, convergindo com o entendimento do Corpo Instrutivo, determinou a suspensão imediata do certame na fase em que se encontrava, antes da oitiva do Ministério Público de Contas, tendo em vista a existência de graves vícios que poderiam resultar em prejuízos graves de difícil reparação, *in verbis*:

Em face do exposto, acolhendo o encaminhamento da Unidade Técnica, **DECIDO**:

I – SUSPENDER o procedimento licitatório deflagrado por meio do Edital de Concorrência Pública n. 044/17/CPLO/SUPEL/RO, nos termos do art. 3.º-A da Lei Complementar estadual n. 154/96, no estágio em que se encontra, até ulterior deliberação desta Corte;

II – Notificar o Superintendente da SUPEL, o Presidente da CPLO/SUPEL, e o Diretor-Geral do DER/RO, por meio de ofício, para o imediato cumprimento da ordem constante do inciso I, com a adoção de providências para a suspensão do certame e a pronta comprovação nos autos das medidas tomadas para esse fim;

III – Instruir os ofícios mencionados no item supra com cópia desta decisão e do Relatório Técnico preliminar, para conhecimento das irregularidades apontadas e adoção de providências, *sponte* própria, no sentido de seu saneamento;

IV – Cumpridas as determinações supra, encaminhar os presentes autos ao Ministério Público de Contas, para análise emissão de parecer, na forma regimental, após o que será conferido prazo aos responsáveis para apresentação de razões de justificativa acerca dos apontamentos já elencados e dos que, por ventura, sobrevierem da análise ministerial; e

V – Publicar esta decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCE/RO.

Encaminhado o feito ao Ministério Público de Contas, foi emitido o Parecer nº 028/2018-GPEPSO (ID nº 564400), da lavra da d. Procuradora Érika Patrícia Saldanha de Oliveira, que corroborou o relatório técnico e devolveu os autos a esta relatoria.

Retonando os autos a esta relatoria, foi proferida a DM 16/2018-GCPCN (ID nº 564801), que oportunizou aos responsáveis o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para que apresentassem justificativas sobre as irregularidades apontadas no relatório técnico e ratificadas pelo Órgão Ministerial, mantendo suspenso o certame, sob pena de responsabilização.

Devidamente notificados (ID nº 565894), o Senhor Márcio Rogério Gabriel (Superintendente da SUPEL) e a Senhora Eralda Etra Maria Lessa (Presidente Substituta da CPLO/SUPEL/RO) encaminharam a esta Corte o aviso de suspensão do certame.

O Senhor Luiz Carlos de Souza Pinto (Diretor Geral Adjunto do DER/RO) encaminhou o ofício nº 04/2018/CAF/DER-RO (ID nº 570348) aduzindo que “*assim que saneado as possíveis irregularidades apontadas por esta Corte de Contas, será devidamente encaminhado para análise deste Corpo Técnico.*”



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

O Senhor Márcio Rogério Gabriel (Superintendente da SUPEL) remeteu a esta Corte o ofício nº149/2018/SUPEL-CI (ID nº 570407), registrando que dos apontamentos realizados pelo Corpo Intrutivo, o único que seria de sua alçada se refere a não publicação do aviso do edital nos termos definidos em lei. Quanto as demais infringências, alegou que o órgão contratante é que *“confecciona o termo de referência, dentro das balizas legais e dos princípios afetos as contratações públicas, ficando a cargo desta superintendência a realização da fase externa das licitações do Poder Executivo Estadual.”*

O Senhor Celso Viana Coelho (Diretor Geral do DER/RO) encaminhou a este Tribunal o ofício nº 07/2018/CAF/DER-RO (ID nº 582092) com suas justificativas e medidas corretivas das impropriedades iluminadas pelo Órgão Técnico.

Em novo relatório técnico (ID nº 591291), o Corpo Instrutivo exarou o seguinte posicionamento:

III. CONCLUSÃO

10. Da análise de justificativas apresentadas referentes às irregularidades apontadas no Relatório Exame Preliminar de Editais (fls. 909 a 917 do ID 560988 deste processo eletrônico 0086/2018) e na Decisão Monocrática DM-GPCN 0012/2018 (fls. 918 a 921 de ID 561721), verificamos que as irregularidades foram parcialmente sanadas, restando as seguintes:

10.1. De responsabilidade do Senhor Isekiel Neiva de Carvalho Ex – Diretor Geral DER-RO solidariamente com o Senhor Celso Viana Coelho – Diretor Geral do DER-RO:

- a) Inobservância ao Art. 40, inciso I, da Lei nº 8.666/93, por não definir com precisão o objeto licitado, conforme relatado na análise de justificativa no item 9.1 e seus subitens;
- b) Descumprimento ao Art. 7, §2º, inciso III da Lei nº 8.666/93, por realizar licitação sem a previsão de recursos orçamentários, conforme relatado no item 9.2 e seus subitens deste Relatório;
- c) Inobservância ao Art. 40, §2º, inciso I c/c Art. 7, §2º, inciso I da Lei nº 8.666/93, por apresentar nos autos o projeto básico incompleto, conforme relatado no item 9.4 e seus subitens;

IV. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Por todo o exposto, submetemos os presentes autos, sugerindo, à guisa de proposta de encaminhamento, a adoção das seguintes providências:

I – **Manter suspensa** a licitação em razão da permanência de irregularidades já citadas na conclusão deste Relatório.

II – **Determinar** ao atual gestor do DER para que promova as adequações recomendadas no Relatório Técnico anterior e neste Relatório, são elas:

- Definir com precisão o objeto licitado.
- Comprovar a existência de recurso para cobrir o valor total previsto para contratação.
- Separar, na planilha orçamentária, as quantidades dos serviços por logradouros.

Av. Presidente Dutra, 4229 – Pedrinhas, CEP: 78.903.900 – Porto Velho – RO, Tel.: (69) 3211-9000

E-Mail: tcerro@tce.ro.gov.br

GPCN-15-C



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

- Apresentar cadastro das interferências existentes nos logradouros, tais como: redes e ligações domiciliares de água e esgoto, outras tubulações (energia elétrica, telefone, etc...).

III – Recomendar ao DER-RO para que em futuras licitações inclua os serviços de Limpeza de Vegetação em Serviços Preliminares, conforme relatado no item 9.4.2 deste Relatório.

IV- Importante destacar que o parágrafo 6º do Art. 7 da Lei 8.666/93 dispõe que a permanência das irregularidades implica a nulidade do edital e a responsabilização dos agentes.

O Senhor Luiz Carlos de Souza Pinto (Diretor Geral Adjunto do DER/RO) enviou a esta Corte o ofício nº 09/2018/CAF/DER/RO (ID nº 591985), com as suas justificativas e retificações no Edital de Concorrência Pública nº 44/2017.

A relatoria exarou um novo *decisum*, a DM 0085/2018-GCPCN (ID nº 595844), *ipsis litteris*:

Dessa feita, ao acolher a derradeira manifestação técnica por suas próprias razões, assino o prazo de 15 (quinze) dias para a Administração comprovar perante esta Corte a correção das falhas ali apontadas. Além disso, deve manter suspenso o certame (Márcio Rogério Gabriel, Superintendente/Supel, e Norman Viríssimo da Silva, Presidente da CPLO/Supel), até ulterior deliberação desta Corte, sob pena de responsabilização, nos termos da Decisão DM-GCPCN 0012/2018 (ID 561721). Encaminhe-se imediatamente o presente feito ao Corpo Técnico, tendo em vista a juntada do documento nº 4347/18. Acaso tal documentação não revele o saneamento das irregularidades remanescentes, o processo deve permanecer no órgão de controle externo no aguardo da manifestação da Administração, em razão da nova oitiva.

É como decido.

Notificados os interessados (ID nº 596829), o Senhor Luiz Carlos de Souza Pinto encaminhou o ofício nº 1057/2018/GAB/DER-RO (ID nº 606135) solicitando prorrogação de prazo para atender à solicitação do ofício nº 150/2018/GCPCN. No entanto não houve apreciação do pedido, pois em ato seguinte ele encaminhou a esta Corte o Documento nº 5302/18 (ID nº 606951), informando a revogação da Concorrência Pública nº 44/2017.

Remetidos os autos ao Corpo Instrutivo, foi exarado o seguinte relatório técnico:

III. CONCLUSÃO

13. Diante da apreciação dos autos deste processo, sobre Edital de Licitação: Concorrência Pública nº. 044/17/CPLO/SUPEL/RO (Processo Administrativo nº. 0009005375/2017-32), promovida pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER-RO, visando à Contratação de Empresa Especializada para Execução dos Serviços Pavimentação Asfáltica e Drenagem na Av. Dr. Leweger, segmento: Estaca 00+00 (Rua Pe. Antônio Peixoto) – Estaca 181+00 (Av. Marechal Rondon) com extensão de 3,62 km, no Município de Guajará Mirim, RO, entendo **prejudicada a análise de mérito**, ante a **REVOGAÇÃO** do aludido

Av. Presidente Dutra, 4229 – Pedrinhas, CEP: 78.903.900 – Porto Velho – RO, Tel.: (69) 3211-9000

E-Mail: tzero@tce.ro.gov.br

GCPCN-15-C



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

procedimento licitatório tendo em vista a documentação encaminhada através do protocolo nº 5302/18, pelo atual Diretor Geral daquele órgão Sr. Luiz Carlos de Souza Pinto.

III. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

14. JULGAR prejudicada a análise de mérito dos presentes autos, ante a perda superveniente do objeto consubstanciada na revogação do Edital de Concorrência Pública nº. 044/17/CPLO/SUPEL/RO (Processo Administrativo nº. 0009005375/2017-32);

15. CASSAR os efeitos da Tutela Inibitória no que tange à suspensão do certame, prolatada a DM-GPCPN 0012/2018 e mantida nas DM- 016/2018-GPCPN e DM-085/2018-GPCPN;

16. DETERMINAR ao atual Gestor a observância, nos futuros processos administrativos de mesma natureza, das exigências legais e técnicas de modo a abster-se de incidir em impropriedades e ilegalidades a exemplo daquelas apontadas pelo Corpo Instrutivo nos Relatórios Técnicos nestes autos.

É o relatório.

Conforme o art. 62, parágrafo 4º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com redação acrescida pela Resolução do Conselho Superior de Administração nº 252/2017/TCE-RO, em juízo monocrático, o relator decidirá pelo arquivamento de processos relativos à fiscalização de licitação que, posteriormente, tenha sido revogadas ou anuladas pelos jurisdicionados.

Pois bem. Verificou-se que o exame do mérito do presente processo, no caso, restou prejudicado, por perda superveniente do objeto, decorrente da revogação do procedimento pelo jurisdicionado, razão pela qual impõe-se o seu arquivamento.

Por fim, não obstante configurada a perda superveniente do objeto deste feito, mostra-se pertinente expedir determinação aos responsáveis para que, nos futuros procedimentos licitatórios com objeto similar não incorram nas mesmas impropriedades apontadas neste processo, sob pena de aplicação de multa.

Dessa feita, em harmonia com a manifestação técnica, considerando que o ato fiscalizado foi desfeito pelo órgão licitante, **decido**:

I – Extinguir o presente processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 50, § 1º da LC nº 154/1996, sendo que restou prejudicada a apreciação da legalidade do edital de

Av. Presidente Dutra, 4229 – Pedrinhas, CEP: 78.903.900 – Porto Velho – RO, Tel.: (69) 3211-9000

E-Mail: tcerro@tce.ro.gov.br

GPCPN-15-C



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

Concorrência Pública nº 44/2017/CPLO/SUPEL/RO, deflagrado pelo Departamento Estadual de Estradas e Rodagens, Infraestruturas e Serviços Públicos – DER/RO, através da Superintendência Estadual de Licitação do Governo de Rondônia – SUPEL, objetivando a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica e drenagem na Av. Dr. Lewerger, segmento: estaca 00+00 (Rua Pe. Antônio Peixoto) – estaca 181+00 (Av. Marechal Deodoro) com extensão de 3,62 km, no município de Guajará Mirim, em virtude da perda superveniente do objeto, face a revogação do procedimento promovida pela própria unidade;

II - Determinar ao Diretor Geral do DER/RO, ao Superintendente Estadual de Compras e Licitações e ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Obras – CPLO/SUPEL que, nos futuros certames, adotem providências para prevenir a reincidência nas irregularidades apuradas neste processo, sob pena de aplicação de multa;

III – Dar ciência desta decisão, via Diário Oficial, aos responsáveis identificados no cabeçalho, ficando registrado que a Decisão Monocrática, em seu inteiro teor, está disponível no sítio deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br), em homenagem à sustentabilidade ambiental;

IV – Comunicar o teor desta decisão, via Ofício, aos destinatários da ordem do item II e ao Ministério Público de Contas,

V – Arquivar os autos, depois de cumpridos os trâmites regimentais.

Porto Velho, 14 de maio de 2018.

(assinado eletronicamente)

OMAR PIRES DIAS

CONSELHEIRO-SUBSTITUTO EM SUBSTITUIÇÃO REGIMENTAL

Matrícula 468